

# AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial  
95143 7 2007 DP SC  
AL FGC  
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

## Código de Meio Ambiente será discutido com a sociedade

Audiências públicas serão realizadas a partir de 5 de novembro em dez municípios do estado

Representantes de entidades do setor produtivo de Santa Catarina estiveram reunidos, dia 21, com deputados de diversas comissões para pedir celeridade na análise e votação do Projeto de Lei 238/08, do Executivo, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

No dia 22, as comissões envolvidas na discussão anunciaram um calendário de audiências públicas, que serão realizadas para aprimorar a proposta junto à sociedade.

As reuniões estão programadas para Lages, Campos Novos, Videira, Criciúma, Joinville, Blumenau, Rio do Sul, Chapecó, Concórdia e Florianópolis.



Alberto Neves

Deputados ouvem sugestões de entidades do setor produtivo em relação à matéria em reunião na sala da Presidência da Casa

Página 4

### Parlamento homenageia professores



Eduardo Guedes de Oliveira

Professora Ada Bicocchi Ramos, 99 anos, na sessão

Página 3

### Magistério prega adoção de piso nacional em SC



Eduardo Guedes de Oliveira

Mais de 500 educadores participam da reunião

Página 5

Plenário mantém quatro vetos

Aprovadas lâmpadas ecológicas

Página 7

## OPINIÃO

## PSDB – crescimento calcado em ações responsáveis

“Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”. Sob esta epígrafe foi lançado o Manifesto do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988, sintetizando a vontade de romper a opressão do Estado e traçar compromissos com a população.

Ao longo dos anos, esses compromissos foram renovados, aprimorados e, sobretudo, honrados pelos tucanos nos Legislativos e Executivos de todo o País, dos menores municípios à Presidência da República e ao Congresso Nacional. E essa postura rendeu bons frutos, como as importantes reformas que proporcionaram a estabilidade econômica do país e melhoraram a vida de milhões de brasileiros.

Como conseqüência, o PSDB vem consolidando sua influência a cada eleição. No primeiro turno de 2008, foi o segundo partido

que mais elegeu prefeitos no Brasil – 785 prefeitos. A disputa continua no segundo turno em 10 cidades, sendo duas delas capitais. São disputas acirradas, mas com boas possibilidades para os tucanos. Além disso, o PSDB também elegeu um número expressivo de vereadores – foram 5.913 em todo o país.

Em Santa Catarina o partido foi o que mais cresceu em número de prefeituras. Na eleição de 2000 elegeu 19 prefeitos. Em 2004 foram 27 eleitos e neste ano chegou a 36. Considerando os vice-prefeitos o PSDB estará presente na administração de 72 dos 293 municípios do estado. Os atuais prefeitos tucanos também obtiveram a aprovação dos catarinenses, e dos 21 candidatos a reeleição, 15 foram reeleitos. O PSDB também elegeu 365 vereadores, 64 a mais que em 2004.

Hoje o PSDB está entre os

quatro principais partidos de Santa Catarina, tem uma estrutura muito sólida. Participa do Governo do Estado por intermédio do vice-governador, possui uma bancada de seis deputados estaduais na Assembléia Legislativa e a partir de primeiro de janeiro terá dois deputados federais. Está alcançando a casa dos 100 mil filiados. Não há registro de partido político que tenha crescido tão rapidamente, tanto em termos de organização como em resultados eleitorais.

Esse crescimento deve-se ao trabalho realizado pela militância em divulgar as propostas e organizar o partido nas diversas regiões do Estado. Já o reconhecimento do eleitorado vem da experiência de inúmeros projetos e ações responsáveis que trouxeram benefícios nas diversas áreas da sociedade.

**Deputado Marcos Vieira**  
(Líder da bancada do PSDB)

## Eleição: falta um projeto alternativo

Analisando o desempenho do PDT nas eleições municipais, temos dois cenários distintos: em nível nacional houve um crescimento do partido em número de prefeitos eleitos. Foram 344 em 2008, e 297 em 2004. Elegeu também 236 vice-prefeitos e 3.509 vereadores, obtendo uma votação nacional de 5.964.424 votos e se consolidando como o sexto maior partido brasileiro.

Em Santa Catarina, o PDT conquistou apenas duas prefeituras, a de Correia Pinto e a de Seara, com Vânio Forster e Laci Grigolo, respectivamente. Elegeu 12 vice-prefeitos e 72 vereadores. Se comparado ao resultado de 2004, diminuímos o número de prefeitos eleitos, e mantivemos quase a mesma soma de vereadores.

Mas é preciso que se faça uma avaliação crítica do processo, fugindo do balanço quantitativo. A estatística, nesse caso, não corresponde aos anseios profundos

da população. Foi uma eleição despolitizada, se formos levar o termo ao pé da letra.

Essa falta de debate mais substancial quanto aos rumos da sociedade não se deu apenas por ser um pleito municipal, e nem por simples vontade de candidatos, partidos e eleitores. O fato a ser observado é a inexistência de um projeto alternativo claro, que possa aglutinar parte considerável da população em torno de um programa e de um conjunto de pressupostos políticos para a emancipação social.

Por falta desse projeto, prevaleceu o discurso vazio, a troca de ofensas pessoais, a aridez de idéias. Falta esquerda no Brasil. Aqueles partidos de origem popular se descaracterizaram como uma alternativa de esquerda, e ainda não houve tempo e condições objetivas para uma nova estruturação de forças capaz de apresentar um projeto que possa ser absorvido por amplos setores

sociais. Os partidos de esquerda, que ainda podem usar esse nome sem ofender o conceito, não estão conseguindo reunir essa força capaz de mostrar um novo norte.

Por conta da falta de projeto de sociedade, prevaleceu a pressão econômica, a chantagem política e a boataria desqualificada. É tarefa nossa, dos militantes que sonham com uma nova sociedade, contribuir para a criação das condições objetivas e subjetivas capazes de impulsionar as forças populares para uma nova aglutinação, que contagie as massas pela clareza programática e pela transparência de propósitos. Um movimento que seja na sua forma e no seu conteúdo a garantia de que não trairá a confiança do povo trabalhador.

**Deputado Sargento Amauri Soares**  
(Líder da bancada do PDT)

## Política urbana de Florianópolis

Solon Soares

O lançamento do livro “Complexão da Política Urbana – PDP de Florianópolis: instrumento básico para o desenvolvimento sustentável”, da advogada Cândida de Oliveira Tasso, aconteceu dia 22, no hall da Assembléia Legislativa. Conforme a autora, “o novo Plano Diretor Participativo (PDP) entende a cidade como um organismo único composto por vários fatores que devem atuar em harmonia”, comentou.

A obra, lançada pela Editora Insular, foi inspirada no seu trabalho de conclusão do curso de Direito e faz um encadeamento da política de desenvolvimento e de expansão urbana, com suas peculiaridades ambientais e sociais no âmbito do Direito.

Cândida foi estagiária do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e dedicou-se



Cândida: Fatores em harmonia

ao estudo do processo que envolve o debate do PDP da Capital, ainda em andamento, instrumento que visa o almejado desenvolvimento sustentável, previsto no artigo 182 da Constituição Federal e no artigo 40 da Lei Federal nº 10.257/01.

## [ AGENDA ]

- **Dia 27, 13h** – Sessão solene em homenagem ao Dia do Conselheiro Tutelar de Santa Catarina  
**Local: Plenário**
- **Dia 27, 19h** – Exposição da artista plástica Simone Viquetti  
**Local: Galeria de Arte Meyer Filho**
- **Dia 29, 16h** – Sessão solene do Dia do Servidor Público  
**Local: Plenário**
- **Dia 30, 9h** – Seminário Regional do Fórum Parlamentar Catarinense – Discussão de propostas para a elaboração de emendas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2009  
**Local: Plenário**
- **Dia 30, 9h** – Reunião da União de Parlamentares do Mercosul  
**Local: Sala das Comissões**
- **Dia 30, 14h** – Sessão do Parlamento Jovem  
**Local: Plenário**
- **Dia 30, 19h** – Comissão de Economia – Audiência pública Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte  
**Local: Câmara de Vereadores de Caçador**
- **Dia 31, 19h** – Comissão de Economia – Audiência pública Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte  
**Local: Câmara de Vereadores de Capinzal**

## Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Julio Garcia (DEM)  
**1º Vice-Presidente:** Clésio Salvaro (PSDB)  
**2º Vice-Presidente:** Ana Paula Lima (PT)  
**1º Secretário:** Rogério Mendonça (PMDB)  
**2º Secretário:** Valmir Comin (PP)  
**3º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)  
**4º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**Assembléia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

## Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira  
**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo  
**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

# Parlamento presta homenagem à Associação Catarinense dos Professores

Cerimônia destaca 56 anos de instituição em defesa dos interesses do magistério e passagem do Dia do Professor

**Tatiani Magalhães**

O Parlamento catarinense realizou, dia 20, no Plenário Osni Régis, uma sessão solene em homenagem aos 56 anos de criação da Associação Catarinense de Professores (ACP) e em comemoração ao Dia do Professor, celebrado no dia 15 de outubro. Solicitada pela Mesa da Casa, a solenidade contou com a presença de autoridades, professores e representantes de instituições educacionais de diferentes regiões de Santa Catarina.

Em nome de todos os parlamentares e do Poder Legislativo, o deputado Joares Ponticelli (PP) mencionou que a ACP foi criada em 1952 com o objetivo de ampliar e congregar os interesses dos professores, sendo uma entidade de utilidade pública. Ao final de seu discurso, ele fez um apelo: "Precisamos valorizar cada vez mais os profissionais da educação".

A deputada Professora Odete de Jesus, líder do PRB na Casa, lembrou dos tempos que lecionou em Caçador, entre outras cidades catarinenses. "Acompanho os avanços da classe desde o tempo em que dava aula até os dias atuais. Acredito que o professor é muito mais do que um educador. Ele é a alma da sociedade", ressaltou. Odete disse que os professores ainda passam por grandes dificuldades que precisam ser sanadas. "O Piso Salarial Nacional, aprovado na Comissão de

Educação da Câmara Federal, deve ser aplicado por todos os governos, pois esse é o sonho da classe. Solicito que o governo de Santa Catarina aplique a Lei no nosso estado."

## Carga horária

Presente na sessão solene e atento à solicitação da deputada Odete, o secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, Paulo Bauer, ressaltou que nenhum governo se opôs à lei do piso salarial sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e adiantou que o Executivo estadual catarinense pretende acatar a lei. Porém, explicou, existe um artigo que precisa ser modificado para que o governo possa aplicar a lei.

"Sabemos da importância do Estado para educação, por isso não pretendemos reduzir sequer um centavo do novo piso salarial. Mas nossa preocupação é com o artigo que prevê um aumento da hora-atividade dos professores. Com esse aumento, teríamos um custo muito alto para a educação no estado", explicou Bauer, referindo-se à ampliação de 20% para 33% da carga horária a hora-atividade, período que os professores têm para trabalhar fora da sala de aula. Isso implicaria na necessidade de mais contratações e ampliação de carga horária dos docentes, aumentando os gastos do Estado com a educação além das possibilidades.



Eduardo Guedes de Oliveira

Autoridades, educadores e representantes de instituições educacionais de regiões do estado participam da sessão solene

## Entidade é canal de diálogo permanente

Ao ouvir os pronunciamentos, a presidente da ACP, Jessi Helena Josten de Oliveira, salientou que a associação não é apenas uma entidade de reivindicação, mas também um instrumento de diálogo entre os professores e os órgãos ligados à educação. "Nós, da ACP, estamos sempre atentos aos pedidos dos

professores e fazemos o possível para atender. Mas, infelizmente, nossa classe não tem seu valor reconhecido", afirmou.

Durante os pronunciamentos de reivindicações, agradecimentos e reconhecimento aos avanços da educação no estado, o Poder Legislativo entregou aos coordenadores

dos Núcleos Regionais da ACP uma placa em homenagem ao trabalho voluntário prestado em suas regiões. Entre os homenageados, um exemplo de dedicação e amor à profissão: aos 99 anos, a professora Ada Bicocchi Ramos, representando Florianópolis, esteve presente para receber a placa.



Carlos Kilian

Comitê Catarinense e Memorial dos Direitos Humanos promovem evento

## Assembléia vai sediar seminário para relembrar luta contra a ditadura

No mês de novembro, entre os dias 24 e 27, o Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos e o Memorial dos Direitos Humanos promovem, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o 1º Seminário "Direito à memória, direito à verdade".

O evento é mais uma das atividades que acontecem em todo país para manter viva a lembrança dos brasileiros que lutaram durante o período da ditadura militar pela liberdade, pela democracia e por um Brasil mais justo.

Com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Diretório Central dos Estudantes Luís Travassos (UFSC), Fundação Luterana de Diaconia e Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), o seminário vai oferecer uma série de palestras, debates e apresentação de filmes e documentários.

### Eventos

Entre os convidados do seminário, estão o secretário especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo

de Tarso Vanucchi, que vai falar sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e o professor Enrique Serra Padrós (UFRGS), que vai proferir palestra sobre "Ditaduras de segurança nacional no Cone Sul". Também está programada a inauguração da mostra fotográfica "Direito à memória, direito à verdade: 1964-2008", além de diversas mesas-redondas sobre assuntos relacionados.

O encontro tem ainda o apoio dos deputados Décio Góes (PT), Sargento Amauri Soares (PDT), Professor Sérgio Grando, líder do PPS na Casa, e deputada Ada De Luca (PMDB).

# Projeto do Código Estadual do Meio Ambiente terá audiências públicas

Reuniões serão realizadas de 5 a 19 de novembro em Lages, Campos Novos, Videira, Criciúma, Joinville, Blumenau, Rio do Sul, Chapecó, Concórdia e Florianópolis

## Rose Mary Paz Padilha

O Projeto de Lei 238/08, do governo estadual, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente, será discutido com a sociedade em audiências públicas, a serem realizadas de 5 a 19 de novembro em diversos municípios catarinenses. Para pedir celeridade dos parlamentares na votação do projeto, representantes de entidades do setor produtivo catarinense, como Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc), Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) e Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), estiveram reunidos, dia 21, com deputados de várias comissões.

A reunião na sala da Presidência da Assembléia teve a participação dos deputados Décio Góes (PT), Moacir Sopelsa (PMDB), Marcos Vieira (PSDB), Gelson Merísio (DEM) e Herneus de Nadal (PMDB).

No encontro, foi discutido um calendário de audiências públicas pelo estado. No final da tarde, o presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes (PT), usou a tribuna para anunciar o calendário de encontro, inicialmente previsto para começar no dia 3 de novembro, mas que acabou transferido para o dia 5 de novembro. "Teremos 10 encontros para debater o assunto visando elaborar o melhor Código Ambiental para o estado", informou.

O calendário inicial foi questionado, no dia 22, na reunião da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Alguns parlamentares destacaram datas que coincidiam com dias de sessões plenárias nas terças e quartas-feiras e a proximidade de algumas cidades onde se pretende realizar as audiências.

Para não concentrar os encontros em municípios próximos, foi sugerida a troca da audiência em Videira para Caçador e Rio do Sul para Mafra.

Diante das sugestões, no dia 22 à tarde, as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Turismo e Meio Ambiente, Agricultura e Política Rural emitiram uma nova proposta, iniciando os encontros no dia 5 e mantendo o dia 19 como data final. (veja quadro abaixo)

## Campo

Na reunião na sala da Presidência, foram feitas considerações a respeito da matéria. Para o chefe da Assessoria Jurídica da Fiesc, Carlos Kurtz, o projeto recebe críticas no que se refere à constitucionalidade. Ele disse que, dos aproximadamente 200 artigos, seis são considerados inconstitucionais, especificamente no que trata dos limites das áreas de proteção – o que é geral (de competência da União) e o que é específico (de competência do Estado). Kurtz afirmou que, se for para o Estado seguir as normas federais, como está na proposta do governo, não há necessidade de Santa Catarina ter seu próprio código estadual.

O representante da Ocesc, Décio Sonaglio, defendeu mudanças no projeto. Segundo ele, há conceitos na proposta que inviabilizam as propriedades rurais e que Santa Catarina precisa ter um código ambientalmente sustentável, mas que não prejudique o setor produtivo.

Dados do setor agrícola mostram que, se for cumprido o código federal, pelo menos 32 mil propriedades agrícolas, das 186 mil existentes no estado, deixarão de existir.

"Não é possível que os critérios sejam os mesmos para Santa Catarina e para a Amazônia, por exemplo. É preciso restabelecer justiça no campo e na produção", afirmou Sonaglio.



Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes, diz que matéria deve ser votada este ano

## O calendário

**Dia 5/11**  
• 18h - Lages

**Dia 6/11**  
• 9h - Campos Novos  
• 18h - Videira

**Dia 10/11**  
• 14h - Criciúma

**Dia 12/11**  
• 18h - Joinville

**Dia 13/11**  
• 9h - Blumenau  
• 18h - Rio do Sul

**Dia 17/11**  
• 9h - Chapecó  
• 18h - Concórdia

**Dia 19/11**  
• 9h - Florianópolis

## Deputado vê conflito entre matéria e legislação federal

O deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, disse que a intenção é votar a matéria ainda este ano. De acordo com Décio, as primeiras análises mostram que há conflitos entre a proposta do governo e a legislação federal.

Presidente da Comissão de Agricultura, o deputado Moacir Sopelsa ressaltou a necessidade de equilíbrio. Ele lembra que a legislação federal determina que uma propriedade agrícola deva estar a 30 metros de distân-

cia do rio, mas defende que, uma propriedade consolidada que está a 10 metros do rio, e que não polui o meio ambiente, deva ser mantida, ao passo que outra propriedade, distante 50 metros, e que é poluidora, precisa ser responsabilizada.

O líder do governo, deputado Herneus de Nadal, anunciou que os parlamentares devem celebrar um acordo que permita discutir o projeto em todas as comissões e defendeu também o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e a produção.

# Magistério quer piso nacional

Professores debatem implantação de lei federal que institui valor mínimo salarial para professores

## Graziela May Pereira

Uma audiência pública repleta de professores de diversas regiões do estado, debateu, dia 16, a implementação do Piso Nacional dos Professores em Santa Catarina. Proposta pela bancada do PT, através da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Casa, a audiência reuniu mais de 500 educadores para discutir a implantação da Lei Federal 11.738, de julho deste ano, que institui o piso aos profissionais do magistério público da educação básica. Segundo estimativa do Ministério da Educação (MEC), a criação do piso vai beneficiar cerca de 1,5 milhão de professores em todo o país. Conforme a Lei, o piso salarial será de R\$ 950 mensais, atingindo aos docentes com carga horária de 40 horas semanais.

Prefeitos e governadores não precisarão pagar o valor total do piso imediatamente, já que o valor integral deve ser pago em 2010, a partir de reajustes anuais. Em 2009, estados e municípios devem pagar a mais dois terços da diferença entre o valor pago atualmente e o valor do piso. Os entes federados que comprovarem insuficiência de verba para oferecer os reajustes receberão complementação da União com recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb).

Já os professores com jornadas distintas devem receber remuneração proporcional a esse valor. Aqueles com maior escolaridade também poderão receber mais. Quem irá estabelecer essas distinções são os próprios entes federativos em seus planos de carreiras. O benefício também será destinado a aposentados

e pensionistas da categoria.

## Luta

Segundo o deputado Pedro Uczaí (PT), a audiência teve o objetivo de esclarecer dúvidas e ouvir as diferentes posições a respeito do assunto. Ao cobrar a presença de representantes do Executivo no encontro, dirigentes do Sinte aproveitaram para anunciar o pedido ao governo para que não puna os professores que estiveram em greve em março e a presença do secretário da Educação, Paulo Bauer, para debater o tema no parlamento.

O deputado Décio Góes (PT) também questionou a ausência do governo. "Estamos vendo aqui um total desinteresse do Estado em debater esse tema e, fazendo uma análise do orçamento do Estado para 2009, não se percebe nenhuma implementação do piso nacional em SC", completou. Na sessão solene que homenageou os professores no dia 20, Bauer anunciou a disposição do governo em acatar a lei. (Leia matéria na página 3)

A relevância da norma também foi ressaltada pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT). "A lei é importante porque estabelece um piso que não é realidade na maior parte dos municípios brasileiros. Agora é preciso organizar uma política nacional de plano de carreira."

A deputada Odete de Jesus (PRB) destacou que a luta do professor já vem de longa data. "Sei disso porque tenho 34 anos de magistério. Agora temos que continuar a batalha porque muitos governadores estão se mobilizando para não aceitar a lei em seus estados", disse.



Professores de diversas regiões do estado lotaram o Auditório Antonieta de Barros para discutir lei federal

## Senadora sai em defesa da lei

Destacando a unificação da categoria, a senadora Ideli Salvati (PT/SC) afirmou que o assunto está sendo debatido em todo o país. "Ter a lei é uma vitória que vai nos permitir superar os R\$ 950, que é pouco. Isso tudo foi resultado de muita união". Ideli ainda questionou o fato de o governo catarinense afirmar que não pode pagar o piso ao magistério. "O orçamento apresentado tem 14,10% a mais de arrecadação. Como é que não pode pagar? Da onde vem essa idéia que não

vai ter dinheiro com uma arrecadação dessas? O governo tem a obrigação de pagar o piso sem chiar", concluiu.

O coordenador estadual do Sinte/SC, Danilo Ledra, lembrou que a categoria é reconhecida por ser unida. "A lei foi aprovada porque somos uma categoria unida, mais ainda é totalmente insuficiente se não houver mobilização. O governo não tem vontade de implementar o piso no Estado e só vai fazer se for forçado a isso."

Representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, a diretora de Assuntos Municipais, Marta Vanelli, comemorou a lei. "Temos muito que comemorar sim, mas também temos muito que lutar. Foram muitos anos de vigílias, acampamentos e luta para adquirir esse direito". Ela sugeriu que seja apresentada uma proposta ao governo do Estado para formar uma Comissão de Negociação e debater de que forma vai ocorrer a implementação do piso.

## Economista fala da crise dos EUA

O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC) promoveu, dia 20, a primeira edição de "Diálogos com o Conhecimento". O convidado a falar com os jornalistas foi o professor de Economia da UFSC e presidente do Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA), Nildo Ouriques, que abordou diversos tópicos relacionados à crise

mistas, que até três meses atrás estavam falando em estabilidade econômica e agora se demonstram surpresos com os desdobramentos da crise norte-americana. Para ele, existe uma debilidade clara na formação, pois dados eloquentes como os que já insinuavam a crise não eram discutidos.

Criticou o tom moralista nas abordagens sobre a crise, provocada, segundo ele, pela falta de responsabilidade dos banqueiros que emprestaram para quem não tinha condições de pagar, sem muitos critérios e lastro que pudesse garantir a cobertura da dívida. Para Ouriques, isso vai ao encontro da lógica de Marx, de "emprestar mais do que tem como forma de acumular riqueza e poder".

A transferência de recursos, segundo o economista, tem relação direta com a dívida dos Estados Unidos e com o sistema capitalista que não consegue mais viver sem essa dívida gigantesca. Como conseqüências, ele destacou o aumento da dívida, do desemprego e achatamento de salário.

O professor Nildo Ouriques critica o jornalismo por ser, segundo ele, um sistema de propaganda destinado a reproduzir o sistema. "A crise vai deixar um rastro de destruição grande aos trabalhadores e seus salários, mas o que vai sair na imprensa é que as empresas quebraram e não quem lucrou com isso", comenta. Para Ouriques, muitas dificuldades ainda irão aparecer a partir da crise norte-americana.



Nildo Ouriques abre primeira edição de "Diálogos com o Conhecimento"

# CCJ reacende discussão em torno das regiões metropolitanas

Projeto de lei complementar pretende reinstalar sistema extinto em 2003

Fotos: Jonas Lemos Campos



Deputados argumentam que matéria é meritória, já que muitos recursos federais são viabilizados para as regiões

## Andreza de Souza

O projeto que discute a criação das regiões metropolitanas de Santa Catarina retornou, dia 21, à pauta na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Entre as matérias deliberadas pelos parlamentares, o Projeto de Lei Complementar nº 26/07, que dá nova redação ao artigo 209 da Lei Complementar nº 381 de 2007 e pretende reinstalar as seis regiões extintas em 2003.

Segundo os deputados Gelson Merísio (DEM), Marcos Vieira (PSDB), Pedro Uczai (PT) e Joares Ponticelli (PP), a matéria, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), é meritória e precisa da atenção dos demais parlamentares, uma vez que muitos programas e recursos federais são viabilizados somente às regiões metropolitanas.

Pela proposta, as regiões da Grande Florianópolis, Vale do

Itajaí, Norte/Nordeste, Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e a de Tubarão seriam restabelecidas com o propósito de levar o desenvolvimento de forma planejada e integrada aos municípios. Todas essas se juntariam à região de Chapecó, hoje a única legalmente constituída.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Romildo Titon (PMDB), o projeto está tramitando na Casa desde maio de 2007 e, agora, a CCJ aguarda o parecer do relator, deputado Herneus de Nadal, líder do governo no Parlamento, que se comprometeu em apresentar na próxima reunião.

Para Uczai, as regiões metropolitanas surgem como propostas para resolver os problemas locais e regionais. "Sou favorável ao mérito e ao conteúdo", disse o petista. Por fim, Ponticelli afirmou: "É preciso pensar grande, pensar no desenvolvimento de Santa Catarina de forma global e suprapartidária".

## Antonieta de Barros avalia resultados

A coordenação do Programa Antonieta de Barros (PAB), da Assembléia Legislativa, os 35 estagiários do programa e a Comissão Interinstitucional, formada por servidores de diversos setores da Assembléia e Escola do Legislativo, estiveram reunidos dia 17 para fazer um balanço das atividades. Eles avaliaram o trabalho em equipe e seus resultados, a conscientização da proposta do programa e fizeram o planejamento de ações futuras.

O encontro buscou, além da integração entre os estagiários, saber que instrumentos eles consideram necessários na preparação ao mercado de trabalho. As atividades são viabilizadas pela Escola do Legislativo através de cursos e seminários.

Vinculado à Diretoria de Recursos Humanos, através da Coordenadoria de Estágios Especiais, o PAB foi instituído em julho de 2004. O objetivo é oferecer a jovens entre 16 e 24 anos, matriculados no ensino médio ou superior, desfavorecidos socialmente, um estágio que amplie a aprendizagem e formação profissional nos diversos setores da Assembléia Legislativa.

Os contratos têm prazo de um ano, podendo ser renovados por mais doze meses.

Os estagiários pediram apoio pedagógico e um curso pré-vestibular, demonstrando a vontade manifestada por muitos, de cursar a universidade.

De acordo com a coordenadora do PAB, Marilú Oliveira, o programa institucional da Assembléia Legislativa vem conquistando sucesso graças ao nível de consciência dos jovens. "Eles dão muita importância à experiência para o aprendizado e para a vida, sem esquecer do futuro profissional."

A coordenadora acrescenta que o PAB vem aprimorando e desenvolvendo novos caminhos. Entre eles, projetos e convênios que ampliam as condições de empregabilidade aos jovens após finalizarem o estágio.

Ela destacou a criação de uma Comissão Interinstitucional para dar maior transparência ao processo de seleção dos jovens que participam do Programa Antonieta de Barros. "Eles têm nos apoiado e dado respaldo também nas ações desenvolvidas pelo programa", afirmou.

## Audiência vai debater proibição à venda de bebida em estádios

A pedido da deputada Professora Odete de Jesus (PRB), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, reunida dia 22 sob a presidência da deputada Ada De Luca (PMDB), aprovou a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 90/07, do deputado Narcizo Parisotto (PTB).

A proposta proíbe a venda, a distribuição e o consumo de bebidas alcoólicas e a utilização de hastes ou suportes de bandeiras no interior de estádios de futebol e ginásios de esportes.

A deputada Professora Odete de Jesus, relatora da matéria, justificou o pedido afirmando que, por se tratar de matéria polêmica, é necessário ter, além da presença dos demais parlamentares, representantes do Ministério Público Estadual (MPE), da Polícia Militar, dos dirigentes de futebol e torcedores, entre outros.

"Não posso relatar somente com o meu parecer, sem ouvir todas as partes envolvidas", afirmou a parlamentar, que já declarou ser contra a venda de bebidas alcoólicas nos locais previstos pelo projeto.

O deputado Serafim Venzon



Deputada Odete, relatora do projeto, quer ouvir a sociedade sobre assunto

(PSDB) argumentou que é preciso cautela na análise da proposição. "A proibição vai impedir o congraçamento entre os torcedores e vai interferir na economia também. É preciso que os envolvidos nesse assunto sejam ouvidos".

Ada De Luca declarou que é contra a venda de bebidas pelas conseqüências negativas que podem provocar.

Em relação ao uso de bandeiras, a deputada Ada disse ser favorável, desde que não seja usada como arma.

A data da audiência pública será definida nos próximos dias.

## Infância

A presidente da Comissão convidou os parlamentares para participar da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas, que começou dia 23 e será realizada em vários municípios catarinenses, como Joaçaba, Chapecó, Joinville, Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Lages e Itajaí.

## PLENÁRIO

# Aprovado projeto para uso de lâmpadas ecológicas no setor público

Verlaine Silveira e  
Rodrigo Viegas

A substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas ou fluorescentes compactas, de baixo consumo de energia, pelos órgãos públicos da administração direta e nas autarquias do Estado de Santa Catarina foi aprovada na sessão do dia 21. O Projeto de Lei nº 515/08, da deputada Ana Paula Lima (PT), prevê que a substituição deverá ocorrer de forma gradativa e conforme a necessidade da retirada das lâmpadas atualmente em uso.

A palamentar justifica a iniciativa lembrando que a iluminação responde por 20% de toda a eletricidade consumida pelo Estado. Pesquisas já evidenciaram que as lâmpadas incandescentes convencionais são ineficientes, pois apenas 10% da energia que consomem geram luz. Os outros 90% se perdem sob a forma de calor. As lâmpadas ecológicas custam mais caro no momento da aquisição, mas chegam a durar até 10 mil horas, ou seja, 10 vezes mais do que as incandescentes, com 66% menos energia.

## Vetos matidos

Na mesma sessão quatro

vetos governamentais foram apreciados pelos parlamentares. Dois deles deliberavam sobre projetos de lei de autoria da deputada Professora Odete de Jesus (PRB), enquanto os demais eram projetos de lei complementar (PLC) com origem no Executivo, todos mantidos.

O primeiro veto em pauta, de nº 703/08, que altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias. O PLC nº 49/07 foi vetado pelo próprio autor, o governo do Estado, em virtude de as vantagens já estarem sendo pagas aos servidores do Porto de São Francisco do Sul, segundo esclareceu o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB). A iniciativa recebeu o respaldo, além da base governista, da bancada do Partido dos Trabalhadores, e o veto foi mantido.

Também de origem governamental, o PLC nº 01/08, que institui o Programa de Habitação Popular – Nova Casa e cria o Fundo de Habitação Popular, teve o veto mantido, mesmo com o empate na votação. Para a rejeição é necessário ter maioria simples, ou seja, 21 votos. O resultado de 16 a 16 não impediu a queda do veto, imposta pelo Executivo em virtude das emendas modificativas que o PLC recebeu em Plenário pela



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Mesmo com empates nas votações, quatro vetos governamentais foram mantidos a projetos de lei

bancada do PT. A principal delas estipulava que o Fundo Estadual de Habitação deveria se adequar ao fundo federal.

Outro veto mantido, apesar do empate de 14 votos a favor e 14 contra, foi o que deliberava sobre o PL 274/07, de autoria da deputada Odete de Jesus. A matéria determina a afixação de informação sobre aumento

de tarifa nos veículos de transporte coletivo intermunicipal, nos terminais rodoviários de Santa Catarina, bem como nos estabelecimentos e postos de venda de passagens. O apoio dos líderes do PP e do PT não garantiu sua rejeição.

Já o veto ao PL 554/07, também da deputada Odete, que estipula que as caixas de me-

dicamentos, distribuídas ou comercializadas no estado, tenham o nome do produto e dosagem escritos também em linguagem Braille, foi mantido com facilidade pela bancada governista. A deputada ainda tentou argumentar sobre a necessidade de respaldar os deficientes visuais, mas não obteve sucesso.

## Deputados falam sobre greve no Hemosc e Cepon

A paralisação dos servidores públicos estaduais da Secretaria da Saúde do Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) e do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc) foi tema recorrente em Plenário nesta semana. Deputados de oposição apontam que os dois órgãos estão sofrendo um processo de privatização, enquanto parlamentares da base do governo negam qualquer medida neste sentido.

A presidente da Associação dos Funcionários do Hemosc e Cepon, Regina Rombaldi, utilizou um espaço na sessão do dia 21 para defender e explicar a greve da categoria. A paralisação, iniciada no dia 20, ocorre porque os trabalhadores não concordam que a Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon (Fahece) administre os dois órgãos, o que é entendido pela categoria como um tipo de privatização. Regina garantiu que, apesar do movimento grevista, o atendimento nos

hemocentros não será totalmente interrompido. Regina ainda afirmou que a Organização Social que cuida das duas entidades está atrapalhando os serviços. "O Cepon já está priorizando os convênios e

contratações estão ocorrendo sem concurso público", finalizou.

### Repercussão

O deputado Sargento Amauri

Soares (PDT) afirmou que "é uma greve que não reivindica aumento de salários, mas, sim, a defesa do servidor público. Os trabalhadores da categoria são totalmente contra a privatização

dessas entidades", disse.

Enaltecendo a coragem dos servidores grevistas, o deputado Pedro Uczai (PT) acredita que o Estado deve garantir políticas públicas para o povo catarinense.

Revogar a lei que estabelece as organizações sociais (OS) e a realização de uma audiência pública para tentar resolver o impasse foram as sugestões do deputado Dirceu Dresch (PT).

O líder do governo na Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), garantiu que esta parceria foi feita por conta de exigência legal que pediu a diminuição de cargos e novo concurso público para completar os demais quadros da Secretaria da Saúde, onde se enquadram os dois serviços. Posteriormente, também por exigência legal, em 2004 a gestão foi transferida para uma Organização Social criada por lei e aprovada pela Assembléia Legislativa.



Regina Rombaldi, presidente da associação, explica aos parlamentares o motivo da paralisação

## COMUNIDADE

# Biodanza muda rotina de crianças carentes

Projeto colocado em prática numa ONG da Capital melhora auto-estima e promove integração

## Suzana Couto Tancredo

A Biodanza, uma prática que estimula a integração do corpo com o espírito, mudou a rotina de crianças de comunidades carentes da Capital.

O trabalho foi realizado pela facilitadora, Suzana Pasinato, que elegeu uma Organização Não-Governamental (ONG), em Florianópolis, como local para colocar em ação sua experiência com o método.

Contratada pela prefeitura municipal como arte educadora de 50 crianças carentes, com idades entre seis e 13 anos, Susana logo percebeu que a Biodanza teria um retorno bem maior para as crianças no que se refere ao desenvolvimento da criatividade, afetividade e da melhora das relações sociais dos pequenos do que simplesmente introduzindo artes cênicas.

Segundo a facilitadora, "as crianças iam à escola pela manhã e praticavam uma hora de Biodanza, de duas a três vezes por semana", tendo como objetivo maior o resgate da auto-estima, o reforço da identidade e a capa-

cidade de interação entre eles na construção de um grupo.

Para ela, os estigmas de que as crianças de morro são violentas, pouco criativas e afetivas não procedem. "Elas necessitam é de um espaço acolhedor, afetivo e seguro, para que possam expressar aquilo que são e aquilo que já tem".

As saídas para driblar a rotina pouco afetiva das crianças envolvidas no projeto só foi possível com introdução da prática criada pelo antropólogo chileno Rolando Toro.

O objetivo maior foi buscar um processo de integração do ser humano em três dimensões relacionais: consigo mesmo, com as pessoas e com o ambiente em que vive.

A metodologia de Biodanza possibilita a cada pessoa encontrar suas potencialidades através de exercícios criados a partir da observação dos movimentos da natureza.

Os exercícios são chamados de vivências que têm como ponto central o convite ao participante a estimular sua capacidade de estar ao máximo presente em cada mo-



Divulgação

Projeto com 50 crianças carentes, com idade entre seis e 13 anos, trabalha a criatividade dos pequenos

mento vivido – no aqui e agora.

## Presente

Segundo o método, quando aprendemos a viver intensamente

o presente, começamos a compreender a coerência de nosso passado. A partir daí, entende o método, as pessoas se percebem capazes de superar o medo do futuro com postura proativa (quando tomamos

ações diante dos acontecimentos não ficando apenas de espectadores) diante de nossos projetos. "Assim resgatamos a confiança em nós mesmos e em nossa capacidade de realizadores", afirma Suzana.

## Desenvolvimento dos potenciais genéticos

Os exercícios de Biodanza proporcionam desenvolver a expressão dos cinco potenciais genéticos:

**Vitalidade:** à medida que cada participante aumenta a percepção de si mesmo, passa a estar mais atento as suas necessidades biológicas. Muitas vezes as pessoas percebem as conseqüências do estilo de vida quando já estão doentes;

**Sexualidade:** é vista como fator integral na vida humana.

Quando o participante enfoca a questão da sexualidade nessa atividade, busca resgatar a relação de prazer com a vida, com cada momento do cotidiano;

**Criatividade:** todos são criativos de forma única e a Biodanza busca estimular a expressão singular do participante, valorizando o que cada um tem a manifestar;

**Afetividade:** é a área mais difícil de ser trabalhada, visto que muitas pessoas buscam apenas interesses, anulando dessa forma

a capacidade de se fazer amigos. A Biodanza é uma "pedagogia do encontro humano", porque estimula a capacidade de se relacionar expressando o que se sente e percebendo os sentimentos dos demais.

**Transcendência:** transcender é ir além, expandir os próprios limites. O método propõe ver as limitações como circunstanciais, resgatando a capacidade de ter fé em si mesmo e nas pessoas que ama.

## Benefícios

- Conexão com o prazer e com a alegria de viver;
- Liberação de tensões e do estresse acumulado;
- Elevação da auto-estima e da vitalidade;
- Integração do sentir ao pensar e ao agir;
- Desenvolvimento da fluidez e da flexibilidade nas atitudes.

## Onde praticar

**Centro de Biodanza**

Telefone: 3223-9320

[www.centrodebiodanza.com.br](http://www.centrodebiodanza.com.br)

Av. Hercílio Luz, 639 Ed. Alpha Centauri, 8º andar.

## CRIANÇAS DESAPARECIDAS



PROJEÇÃO



**Launor Baron Medeiros**  
Nascido em 11/02/1962  
Desaparecido em 11/01/1978  
Cidade: Santa Maria – RS



**Graciane da Silva Bandeira**  
Nascida em 02/07/1988  
Desaparecida em 10/10/2005  
Cidade: Paçandu – PR



**Taila Regina O. M. De Moraes**  
Nascido em 02/04/1991  
Desaparecido em 02/04/2006  
Cidade: São Paulo – SP



**Viviane Cantalice Pêgo**  
Nascida em 08/09/1992  
Desaparecida em 28/01/2006  
Cidade: Suzano – SP

[www.portaldaesperanca.org.br](http://www.portaldaesperanca.org.br) – [portaldaesperanca@portaldaesperanca.org.br](mailto:portaldaesperanca@portaldaesperanca.org.br) / (48) 9168-3898